



e-ISSN: 2177-8183

**PERFIL DOS DISCENTES DA PRIMEIRA TURMA DE FORMANDOS DA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CATALÃO**

**PROFILE OF STUDENTS OF THE FIRST CLASS OF GRADUATES OF THE
LICENSE IN EDUCATION OF THE FIELD OF THE UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CATALÃO**

**PERFIL DE LOS ESTUDIANTES DE LA PRIMERA PROMOCIÓN DE
LICENCIADOS EN EDUCACIÓN DEL ÁMBITO DE LA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CATALÃO**

*Renata José Melo
renatinhacatcity@hotmail.com
Mestranda em Educação
Universidade Federal de Catalão*

*Fernanda Welter Adams
adamswfernanda@gmail.com
Doutoranda em Ensino, História e Filosofia da Ciência
Universidade Federal da Bahia*

*Simara Maria Tavares Nunes
simara_nunes@ufcat.edu.br
Doutora em Ciências
Universidade Federal de Catalão*

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo investigar o perfil da primeira turma de licenciandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Habilitação em Ciências da Natureza, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Para tal estudo os dados foram coletados por meio de questionários aplicados a dez licenciandos da primeira turma do referido curso. De posse dos dados, realizou-se o tratamento dos mesmos por meio de uma abordagem interpretativa. Este trabalho é o recorte de uma pesquisa maior para discutir o perfil dos licenciandos e o seu processo formativo. Os discentes apresentavam uma idade mais madura (entre 32 e 57 anos), que se difere da dita idade ideal para a academia. Eram predominantemente do sexo feminino (90%), casados (100%), trabalhadores (78%) e a maioria (90%) residia em cidades consideradas rurais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Todos os discentes eram oriundos da educação básica pública, sendo que 39% deles ainda finalizaram a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, a respeito da relação dos sujeitos com o meio rural e sua estreita relação com os espaços de formação política e de educação popular, espera-se que eles sejam capazes de entender as demandas e os desafios da educação do/no campo e de fazer a diferença em sua futura atuação docente.

132

Palavras-chave: Licenciatura em Educação do Campo; Perfil; Egressos.

ABSTRACT

The present work aimed to investigate the profile of the 1st class of undergraduates of the Degree Course in Rural Education/Habilitation in Natural Sciences, at the Federal University of Catalão (UFCAT). For this study, data were collected through questionnaires applied to 10 undergraduates from the 1st class of that Course. With the data in hand, they were treated using an interpretive approach. This work is the cut of a larger work, which will discuss the profile of undergraduates and their training process. Such students had a more mature age (between 32 and 57 years old), differing from the so-called ideal age for the academy. They were predominantly female (90%), married (100%), workers (78%) and the majority (90%) lived in cities considered rural by the Brazilian Institute of Geography and Statistics. All students came from public basic education, with 39% of them still completing Basic Education in the Youth and Adult Education (EJA) modality. Thus, regarding the subjects' relationship with the rural environment and its close relationship with the spaces of political formation and popular education, it is expected that in this way they will be able to understand the demands and challenges of education in/in the countryside and be able to to make a difference in their future teaching activities.

Keywords: Degree in Rural Education; Profile; Graduates.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo investigar el perfil de la 1ª promoción de estudiantes de la Licenciatura en Educación Rural/Habilitación en Ciencias Naturales, de la Universidad Federal de Catalão (UFCAT). Para este estudio, los datos fueron recolectados a través de cuestionarios aplicados a 10 estudiantes de la 1ª clase de ese Curso. Con los datos en la mano, se trataron utilizando un enfoque interpretativo. Este trabajo es el corte de un trabajo mayor, que discutirá el perfil de los estudiantes de grado y su proceso de formación. Dichos estudiantes tenían una edad más madura (entre 32 y 57 años), diferente de la llamada edad ideal para la academia. Eran predominantemente mujeres (90%), casadas (100%), trabajadoras (78%) y la mayoría (90%) vivía en ciudades consideradas rurales por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística. Todos los estudiantes provenían de la educación básica pública, de los cuales el 39% aún completaba la Educación Básica en la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). Así, en cuanto a la relación de los sujetos con el medio rural y su estrecha relación con los espacios de formación política y de educación popular, se espera que de esta manera puedan comprender las demandas y desafíos de la educación en el campo y ser capaces de marcar la diferencia en sus futuras actividades docentes.

Palabras claves: Licenciatura en Educación Rural; Perfil; Graduados.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo esteve conectada inicialmente à Educação Rural e, posteriormente, às lutas sociais. No Brasil, essa modalidade de educação nasceu devido à necessidade de distintos grupos sociais de acesso à educação. Nesse sentido, Antônio e Lucini (2007, p. 179, grifos dos autores) comentam que “as ‘escolinhas’ criadas no meio rural, geralmente multisseriadas¹ e isoladas, eram poucas e questionadas pelas forças hegemônicas da sociedade quanto a sua eficácia no ensino”.

Nesta perspectiva, Ghedini, von Onçay e Debortoli (2014) afirmam que na Educação Rural a ênfase era dada às políticas assistencialistas e, não havendo consideração pelas populações que ali viviam, elas tinham objetivos muito próprios. Além de não atenderem aos problemas estruturais essenciais para a produção econômica dessas populações, tais políticas desenraizavam os sujeitos de seus territórios e comunidades, criando bases para sustentar a massificação dos instrumentos necessários ao avanço do capitalismo no campo.

No Dicionário de Educação do Campo, Ribeiro (2012) discute o conceito de Educação Rural e explica:

[...] é somente a partir da década de 1930 que começa a tomar forma um modelo de educação rural associado a projetos de ‘modernização do campo, patrocinados por organismos de ‘cooperação’ norte-americanos e disseminados pelo sistema de assistência técnica e extensão rural. Políticas destinadas à ‘escolarização das populações rurais mostram seu fraco desempenho ou o desinteresse do Estado com respeito à educação rural, quando nos referimos ao analfabetismo no Brasil [...] Em confronto com a educação rural negada, a educação do campo construída pelos movimentos populares de luta pela terra organizada no movimento camponês articula o trabalho produtivo à educação escolar tendo por base a cooperação. A educação do campo não admite a interferência de modelos externos, e está inserida em um projeto popular de sociedade, inspirado e sustentado na solidariedade e na dignidade camponesas (RIBEIRO, 2012, p. 299 - 300).

¹As classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo que atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes.

De acordo com Ferreira e Molina (2014), a Educação do Campo é um movimento originado e articulado dos/aos Movimentos Sociais e Sindicais do Campo e se configura como fruto e como semente da luta pela universalização do direito à educação, firmando-se, de antemão, na luta pela terra, com vistas à construção de um projeto de campo e de sociedade contra-hegemônico.

Conforme Lima e Robaina (2020, p.306), as Licenciaturas em Educação do Campo “foram pensadas e construídas com o intuito de atender a uma reivindicação dos trabalhadores rurais para que fosse oferecida uma formação específica para os educadores no/do campo”. A origem da matriz formativa dessa Licenciatura diz respeito às experiências formativas acumuladas pelos “trabalhadores rurais, especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nas lutas pelo direito à terra e à educação, que possibilitaram o acúmulo de forças que levou à elaboração e implantação dos cursos” (MOLINA, 2017, p. 589).

Souza (2008) explicita a importância para a Educação do Campo das experiências de educação no contexto rural realizadas na década de 1960 e que se distanciam da perspectiva de Educação Rural. Destaca as experiências desenvolvidas por Paulo Freire e também aquelas realizadas a partir da “Pedagogia da Alternância” pelas Escolas-Família Agrícolas (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs), cujos sujeitos centrais eram os filhos de pequenos produtores. Tal pedagogia é “caracterizada por um projeto pedagógico que reúne atividades escolares e outras planejadas para desenvolvimento na propriedade de origem do aluno” (SOUZA, 2008, p. 1093). Experiências como essas ecoaram nas práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, conseqüentemente, nas lutas pelas políticas públicas de Educação do Campo.

Frigotto (2011) ressalta ainda que a Educação do Campo, dadas as suas origens e principalmente as experiências nos assentamentos e acampamentos

do MST, está vinculada a práticas pedagógicas que “[...] não começa na escola, mas na sociedade, e volta para a sociedade. Sendo a escola um espaço fundamental na relação entre o saber produzido nas diferentes práticas sociais e o conhecimento científico” (FRIGOTTO, 2011, p. 36).

Nesse sentido, Caldart (2011) enfatiza que as práticas de Educação do Campo contribuem para retomar debates fundamentais acerca de qual formação se pretende a partir das demandas concretas da realidade do campo. Assim, os professores que vão atuar dentro destas perspectivas devem ser preparados para trabalhar com as demandas e as realidades da Educação do Campo e dos povos do Campo.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC):

A principal estratégia pedagógica está estruturada e se articula à dinâmica da pedagogia da alternância (Tempo Universidade e Tempo Comunidade como princípio básico do curso). Assim, as estratégias definem-se na valorização das vivências sócio-culturais dos estudantes por meio do uso de metodologias que promovam o intercâmbio entre formação e experiência de vida no Campo [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017, p. 18).

A formação por área de conhecimento, a interdisciplinaridade e a alternância entre Tempos Comunidade e Tempos Escola/Universidade compõem o conjunto dos elementos que definem as Diretrizes para a Licenciatura em Educação do Campo, o que remete à necessidade de se estabelecer reflexões e diálogos sobre os limites e as possibilidades da consolidação de tais diretrizes no âmbito da formação de professores/as e da ação docente nas escolas do campo (BRITTO; SILVA, 2015).

A formação diferenciada ofertada pelo curso é uma necessidade, pois historicamente se observa a “ausência de professores qualificados para atuarem nas escolas do campo, obrigando os alunos a se deslocarem para as cidades em busca de escola”, sendo então necessária essa especificidade na formação do professor, possibilitando pensar o “campo e a escola do campo numa perspectiva diferente do modelo urbano implementado nas comunidades

rurais, e que estavam em desacordo com as normas e legislações vigentes” (FORMIGOSA; ROCHA; SILVA, 2020, p.306).

Corroborando com esse entendimento, Britto (2016) salienta que a formação aos moldes das licenciaturas disciplinares não permitiria o tratamento das especificidades do campo, porque as referências dessas licenciaturas recaem em legislações e diretrizes curriculares próprias, não permitindo a inserção de outros elementos no processo formativo, como a alternância entre os tempos e os espaços. Foi necessário, portanto, fazer rupturas com esses modelos que não conseguem dar conta da formação em áreas fundamentais para os alunos da educação básica, mais precisamente aqueles que residem no campo.

Mas como efetivar práticas pedagógicas diferenciadas sem proporcionar uma adequada formação aos docentes? As mudanças educacionais almejadas necessariamente devem passar pela formação dos professores, ou seja, os profissionais que implementarão tais mudanças. Lopes, Zancul e Bizerril (2013) afirmam que a formação de educadores do campo possui características diferentes daquela das licenciaturas tradicionais. Segundo Molina e Sá (2011), a Licenciatura em Educação do Campo pretende formar educadores para uma atuação profissional que vá além da docência, dando-lhes condições para trabalharem também na gestão dos processos educativos que acontecem na escola e em seu entorno. Uma luta que vai além da reforma agrária, porque para a reforma da terra é importante que haja a reforma na Educação do/no Campo, uma parcela que sempre esteve excluída do ensino público de qualidade: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive: “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 18).

O sonho de uma Educação do/no Campo começou a virar realidade graças às lutas travadas pelos movimentos sociais do campo em busca de uma

educação que fosse condizente com suas especificidades. No Brasil, as primeiras experiências no modelo corrente de oferecimento do curso ocorreram ainda em 2008 por meio de concorrência ao edital direcionado às instituições públicas de Ensino superior de todo país. Em 2012, correspondiam a 33 instituições participantes e mais de 3300 vagas ofertadas.

Em 2012, a Unidade Acadêmica Especial de Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC), atual Universidade Federal de Catalão (UFCAT), concorreu ao edital do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), tendo em vista a criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo na instituição, o qual se classificou em 25º lugar dentre os 44 aprovados. No primeiro semestre de 2014, iniciou-se a primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza na UFG/RC. O curso tem duração de quatro anos, em regime semestral e de alternância, sendo que a primeira turma se formou em 2017/2. O objetivo do curso é promover a formação de educadores para a docência interdisciplinar em escolas do campo para atuarem em Ensino de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, conferindo ao graduado o título de Licenciado em Educação do Campo - Habilitação em Ciências da Natureza (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017).

Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo investigar o perfil da primeira turma de licenciandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Habilitação em Ciências da Natureza, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e tem em sua gênese os questionamentos sobre a formação inicial docente dos alunos

da primeira turma do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Catalão (EDUCampo/UFCAT).

Para Bogdan e Biklen (1994), uma investigação qualitativa busca analisar os fenômenos em toda a sua complexidade e em seu contexto natural, privilegiando sua compreensão a partir do ponto de vista dos sujeitos investigados. E, segundo González (2020), na pesquisa qualitativa o pesquisador é assumido como um sujeito que pensa, percebe, sente, expressa interesse pelo assunto que deseja pesquisar. Um sujeito cognoscente. Assim, o pesquisador enquanto sujeito senti-pensante não pode se afastar do acontecimento que está pesquisando e em que se dá a sua percepção.

Este estudo faz parte do Projeto de Pesquisa intitulado “ENSINO DE CIÊNCIAS: realidade e a formação de professores”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, sob o Parecer Consubstanciado CEP nº 2.210.132. O local de desenvolvimento da pesquisa foi a Universidade Federal de Catalão. Mais precisamente, os dez sujeitos da pesquisa foram os discentes da primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Instituição. Antes de dar início à coleta de dados foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com cada participante e disponibilizada uma cópia para os mesmos. Para garantir o anonimato dos sujeitos da pesquisa, para sua designação, foram utilizados códigos de L1 a L10.

O instrumento adotado para a construção dos dados da pesquisa foi um questionário composto por 22 (vinte e duas) questões abertas e fechadas. Destaca-se que o questionário foi aplicado presencialmente entre os meses de setembro e outubro de 2017 com os alunos da primeira turma do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – EDUCampo/UFCAT.

Marconi e Lakatos (2010, p. 184) definem os questionários como “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do

entrevistador”. Os questionários devem ser construídos após o contato do pesquisador com outros trabalhos e a partir da compreensão clara dos objetivos de seu estudo. Segundo Goldenberg (2011, p. 86): “o pesquisador deve ter em mente que cada questão precisa estar relacionada aos objetivos de seu estudo. As questões devem ser enunciadas de forma clara e objetiva, sem induzir e confundir”. Entre as vantagens dos questionários estão a praticidade e a rapidez com as quais os dados podem ser coletados, seja envolvendo um indivíduo ou um grupo, no caso desta pesquisa um grupo de dez licenciandos. Outro aspecto positivo é seu baixo custo e o pouco tempo necessário para sua aplicação e coleta de dados.

Os dados obtidos com os questionários foram analisados com base em uma abordagem interpretativa por meio de duas categorias de análise, quais sejam: o perfil dos licenciandos e o seu processo formativo. Essa discussão será apresentada a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Licenciatura em Educação do Campo é uma demanda das comunidades do campo (movimentos sociais) que entendem a necessidade de educadores (as) com essa formação específica para o campo no intuito de enfrentar a grave crise educacional, em especial, a das escolas do campo. Essa licenciatura tem como objetivo a formação de professores para atuarem em escolas situadas no campo, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, visando à articulação entre a Educação e a realidade das pessoas que vivem no campo. O referido curso possui diversas habilitações e uma delas é em Ciências da Natureza, sendo essa habilitação dos sujeitos participantes da pesquisa.

De modo a analisar a formação inicial do curso, foram selecionados nove licenciandos do oitavo período, todos em via de se formarem. Eles responderam a um questionário em que havia questões pessoais e também outras perguntas

sobre o curso em finalização. Vale ressaltar que na primeira turma, dez alunos se formaram.

Pensando em traçar o perfil dos alunos formandos dessa primeira turma, os licenciandos foram questionados quanto à cidade em que nasceram e as respostas se encontram descritas na Tabela 1.

Tabela 1: Cidade e Estado em que os sujeitos da pesquisa nasceram

Cidade-Estado	Quantidade de Licenciandos	Porcentagem
Ananguera-GO	1	11%
Catalão-GO	4	45%
Itacarambi-MG	1	11%
Jataí-GO	1	11%
Marabá-PA	1	11%
Santo André - SP	1	11%

Fonte: Dados coletados a partir dos questionários aplicados aos participantes.

Os dados mostram que dos sujeitos participantes da pesquisa quase metade (4) nasceu na cidade de Catalão-GO, onde se encontra a Instituição que oferece o curso, cidade que possui um total de 102.393 habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os demais licenciandos eram oriundos de outras cidades circunvizinhas e até distantes de Catalão. A Tabela 2 apresenta o local de residência atual dos licenciandos participantes da pesquisa.

Tabela 2: Local de Residência dos sujeitos da pesquisa

Local de Residência	Quantidade de Licenciandos
Fazenda São Domingos, Município de Catalão-GO	3
Ananguera-GO	3
Campo Alegre -GO	1
Ipameri-GO	1

De acordo com informações do edital do curso, as vagas seriam ofertadas a alunos do campo e de cidades com menos de 20 mil habitantes (Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001) (BRASIL, 2001). Observando-se o local atual de residência dos sujeitos, conclui-se que dos nove alunos entrevistados apenas um deles reside na cidade de Catalão, que possui mais de 20 mil habitantes. De acordo com informações do Edital de ingresso, esse licenciando não se encaixaria no perfil do Curso. Porém, por falta de informações, o mesmo fez o processo seletivo, passou por todas as etapas e a Universidade o aceitou. No entanto, ressalta-se que os demais (oito formandos) possuíam os requisitos exigidos no perfil das vagas destinadas ao curso, sendo considerados sujeitos do campo.

Segundo Damasceno (1993), o saber social é um saber gestado no cotidiano do trabalho e da luta camponesa; é a expressão concreta da consciência desse grupo social; um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente pelos camponeses. Por meio da afirmação de Damasceno (1993), pode-se perceber a importância do professor que vive na zona rural, pois conhecendo a realidade de sua comunidade eleva a realidade local e, principalmente, preserva os saberes tradicionais, pois muitas vezes professores das áreas urbanas não possuem a experiência necessária para lidar com a realidade do meio rural.

Dos nove licenciandos pesquisados, a maioria (90%) era do sexo feminino e apenas um (10%) era do sexo masculino. Esses dados demonstram a inserção de mulheres do campo em posições sociais ocupadas fora do espaço doméstico, dado positivo e recente, especialmente quando comparado aos relativos às gerações de mulheres no passado.

Segundo Froes (2017), além dos reconhecidos “lugares tradicionais da mulher camponesa” relacionados ao domínio da produção e reprodução

familiar e de convivência comunitária, diversas autoras como Heredia e Cintrão (2006), Butto e Dantas (2011), Bruno et al. (2013), Neves e Motta-Maués (2013) têm destacado as transformações ocorridas na vida das mulheres do campo e como elas vêm, gradativamente, conquistando e lutando por outros espaços de atuação.

De acordo com Froes (2017), se por um lado essa metodologia (da Alternância) possibilita o acesso à formação superior sem o abandono do local de moradia, por outro, os distanciamentos periódicos afetam a rotina de atividades e as relações pessoais e profissionais anteriormente estabelecidas. Porém, esta é ainda uma tarefa árdua e cheia de desafios, pois envolve o afastamento das mulheres do campo do ambiente familiar e de produção e também a luta por um novo papel dentro desta estrutura, marcada por subordinação:

[...] a trajetória de vida dessas mulheres revela um cotidiano de exclusão e subordinação pela sua condição de mulher camponesa alijada dos seus direitos também pela falta de acesso à educação. Num segundo momento, em decorrência do acesso à LEdoC, percebe-se sinais de ruptura e emancipação dando novos sentidos e significados à vida dessas mulheres e construindo estratégias de resistência frente às posturas de discriminação (PEREIRA, 2017, p. 8).

Com relação ao ano de nascimento dos participantes, esse variou de 1961 a 1986, ou seja, a idade mínima dos licenciandos era de 32 anos e a máxima de 57 anos, o que foi outro diferencial desta primeira turma, que possuía alunos mais maduros, sendo então considerados fora da idade ideal para o ingresso em uma Universidade. Comparando essa característica com os dados da pesquisa desenvolvida por Gatti e Barreto (2009), observa-se que, ao apresentar o perfil geral dos licenciandos segundo faixa etária, o estudo revela que “há menos da metade dos estudantes na faixa etária ideal, de 18 a 24 anos: (46%); entre 25 a 29 anos situam-se pouco mais de 20% deles e

proporção semelhante está na faixa dos 30 a 39 anos” (GATTI e BARRETO, 2009, p. 160).

Verifica-se que a idade dos licenciandos da primeira turma do curso ainda foi superior à faixa etária apresentada na pesquisa, em que os sujeitos afirmaram que a dificuldade para se deslocarem para a cidade para estudar, a necessidade de trabalharem para cuidar da família e tardiamente a criação do curso foram os motivos do ingresso atrasado no Ensino Superior. Assim, viram a oportunidade de cursarem o Ensino Superior através da Licenciatura em Educação no Campo da UFCAT.

Lima e Robaina (2020) destacam que os cursos de Licenciatura em Educação do Campo surgem a partir de discussões nacionais e das lutas dos movimentos sociais para inserção de uma política pública de acesso e permanência no ensino superior para os sujeitos que moram e vivem no/do campo. Mediante a afirmativa dos autores é possível observar que a oferta deste curso na UFCAT se mostrou como uma possibilidade aos participantes da pesquisa de voltarem a estudar, uma vez que a proposta do curso se relaciona com a vivência dos mesmos.

Todos os licenciandos participantes da pesquisa (100%) eram casados e possuíam filhos. Segundo eles, o fato de serem casados e de terem obrigações familiares e domésticas contribuiu com a escolha pelo curso, uma vez que esse possui como proposta a pedagogia da alternância². Na visão dos licenciandos isso facilitaria a conclusão do curso, já que permitiria que não se afastassem de suas comunidades e obrigações por longos períodos. Conforme Santos e Bueno (2013), a pedagogia da alternância e os seus instrumentos específicos sinalizam que educadores e educandos devem romper com os valores conservadores e tradicionais.

² É um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>.

Os autores supracitados defendem a possibilidade de envolvimento crítico na produção do conhecimento que emancipa as pessoas. Porém, acredita-se que as práticas de alternância e com elasa formação do educador podem resultar em mudanças de paradigmas na Educação do Campo. Portanto, entende-se que a referida pedagogia, muito mais do que facilitar a conclusão do curso, permite uma formação de professores com práticas pedagógicas associadas à realidade rural, possibilitando que o futuro professor conheça/vivencie/não se afaste da agricultura familiar, do desenvolvimento sustentável do campo e estreite relações com os espaços de formação política e de educação popular. Assim, ao se propiciar a interação licenciando-comunidade se permitirá/facilitará a contextualização do conhecimento.

Os licenciandos foram indagados ainda se exerciam funções laborais; do total, sete (78%) afirmaram que trabalhavam fora e os outros dois (22%) afirmaram que não. Ou seja, a maioria dos licenciandos pertencia à classe trabalhadora, o que pode ser uma característica desta turma, que tinha alunos mais velhos e independentes. Muitos possuíam trabalhos próximos da realidade escolar, como servidores públicos em secretaria de escola, merendeira e professor do Mais Educação³, o que os incentivou a concluírem a licenciatura, criando ainda experiências satisfatórias na graduação. Dois dos entrevistados atuavam no departamento de saúde e como agente comunitário de saúde, contudo, ambos tinham a pretensão de atuarem na carreira docente após a conclusão do curso.

Outro ponto importante para a formação do perfil dos sujeitos da pesquisa diz respeito ao sistema de ensino em que concluíram a Educação Básica, tendo sido os mesmos questionados se cursaram a Educação Básica em escolas públicas ou particulares. Todos os licenciandos (100%)

³ O Programa Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no Ensino Fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes.

responderam que cursaram a Educação Básica em escola pública, dado bastante relevante, pois, de acordo com algumas discussões realizadas em sala de aula, alunos da escola pública apontam uma maior dificuldade para ingressarem em uma Universidade.

Ao longo de toda a sua história, de um modo geral, as universidades têm sido espaços ocupados pelas elites detentoras do capital econômico, social e cultural. Os mais ricos usufruem dessa instituição milenar para legitimarem a posição social que ocupam na estrutura social e ampliarem o poder que, em geral, já exercem no conjunto da sociedade (NIEROTKA; TREVISOL, 2016). Os jovens oriundos de famílias das classes média e alta são estimulados a ingressar nas melhores universidades e cursos em busca de um título acadêmico – que, na prática, é uma espécie de prêmio e de distinção – que lhes permita exercer uma habilitação profissional socialmente legitimada (BOURDIEU, 2007; SOUSA SANTOS, 2005; RIBEIRO, 2006; FERNANDES, 2006).

Portanto, observa-se que as Instituições de Ensino Superior refletem, como espelhos, as desigualdades e a distribuição desigual do poder na sociedade (NIEROTKA e TREVISOL, 2016), o que pode ser evidenciado por meio dos seguintes dados apresentados por Nierotka (2015): enquanto 87,3% dos alunos de ensino médio frequentam escolas públicas, no ensino superior esse percentual é de apenas 27%:

Os filhos dos mais pobres estudam em escolas públicas até o final da educação básica e, ao se depararem com as dificuldades de ingresso nas universidades públicas, decorrentes do limitado número de vagas e da concorrência, buscam as IES privadas para obterem sua formação de nível superior. As vagas públicas, por estas razões, têm sido historicamente ocupadas pelos estudantes de maior renda, formados em escolas privadas de educação básica (NIEROTKA; TREVISOL, 2016, p. 23).

Com relação ao tipo de escola em que concluíram o Ensino Fundamental II, sete (78%) afirmaram que foi no Ensino Regular, dois (22%) concluíram na escola rural. Já com relação ao tipo de escola em que concluíram o Ensino Médio obteve-se as mais variadas respostas, sendo elas:

três (39%) Ensino Regular, dois (22%) Ensino Técnico e três (39%) Educação de Jovens e Adultos (EJA). E quanto ao alto índice de alunos que concluíram na EJA, esse dado indica que cursaram o Ensino Médio fora da idade escolar. Observa-se que no Ensino Médio nenhum dos participantes concluiu na escola rural, aumentando então o número de estudantes que o concluíram na cidade.

Esses dados não poderiam ser diferentes, tendo em vista um perfil de estudantes de origem camponesa, pois historicamente a escola rural foi pensada a partir do paradigma urbano, que teve como inspiração o direito à educação (ARROYO, 2007). Mais que isso, os dados mostram a realidade da Educação do Campo, em que se observa a existência/oferecimento apenas do Ensino Fundamental I e II nas Escolas do Campo, sendo necessário que o aluno se desloque para a zona urbana para cursar o Ensino Médio. Segundo Bönmann (2015):

O Ensino Médio na área rural, em que pese o aumento registrado de 2000 a 2005 pelo Censo Escolar, conta ainda com uma rede insuficiente. Neste há 206.905 matrículas em 1.377 estabelecimentos em todo o Brasil. Isso significa que 71,5% dos alunos das escolas rurais estão no primeiro segmento do ensino fundamental, 28,5% no segundo segmento e apenas 2,5% no Ensino Médio.

Tal realidade fere as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica (2002), que no artigo 6º afirma que:

Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados e o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantias condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico (Resolução CNE/CEB 1/2002).

Em relação ao ano de conclusão do Ensino Médio houve uma variação entre 1980 e 2014 (ano de início do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFCAT). Desta forma, verifica-se apesar de os sujeitos da

pesquisa terem uma idade avançada, alguns retornaram à escola e concluíram o Ensino Médio recentemente, mais uma vez demonstrando a dificuldade de escolarização desta turma, que como pôde ser visto nos dados anteriores é oriunda do campo.

Quando surgem barreiras ou empecilhos para as pessoas permanecerem em um ambiente escolar, o abandono parece ser a única alternativa. Porém, nos dias atuais, os estudos e a aquisição de conhecimentos tornam-se necessários quando há uma expectativa de mudança de estado social e pessoal. De acordo com Andrade (2004, p. 51):

Valorizar o retorno dos jovens pobres à escolaridade é fundamental para torná-los visíveis, já que representa a chance que, mais uma vez, esse jovem está dando ao sistema educacional brasileiro de considerar a sua existência social, cumprindo o direito constitucional de todos terem acesso à escolaridade básica.

Esse fato demonstra que a maioria dos licenciandos teve que parar seus estudos, supõe-se que por conta do trabalho ou por assumirem o cuidado com a família, fazendo com que adiassem a conclusão do Ensino Básico e a sua inserção em um curso superior. Mas, apesar do atraso, conseguiram retornar aos estudos. Assim, questionou-se aos participantes se o curso de Licenciatura em Educação do Campo foi sua primeira opção de graduação. Observa-se que a maioria (67%) respondeu que sim, que o curso foi sua primeira escolha; acredita-se que isso tenha ocorrido pelo fato de ser um curso voltado para a realidade de todos que foram entrevistados, por serem de comunidades rurais ou já terem morado em alguma. Sendo assim, em vários momentos os licenciandos afirmaram que tinham como intuito se manter próximos às suas comunidades, ocasionando uma educação voltada ao campo:

Excerto 1 - Sim. Por que já trabalho em uma escola que têm o perfil do curso. (L3)

Evidencia-se que apenas quatro (45%) disseram que o curso de Licenciatura em Educação no Campo não foi sua primeira opção:

Excerto 2 - “Não. Porque eu sempre gostei da área agrícola e espécie animal; tentei o Instituto Federal Goiano que tinha veterinária, mas não consegui. Aí surgiu opção de Educação do Campo que estava na minha área e eu me interessei pelo curso, porque já estava dentro da sala de aula mesmo”. (L4)

Pela análise da resposta de L4 vê-se que o mesmo sempre teve interesse pela área agrícola, tanto que buscou um curso na mesma, mas não obteve resultado. E como ele já atuava como professor optou pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo em busca de um diploma para garantir sua vaga em sala de aula.

Corroborando com o comentário de L4, outros dois (30%) licenciandos disseram que sua opção pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo justificou-se por já estarem atuando como professores e precisarem de um diploma de Licenciatura para continuarem em sala de aula; contudo, na época da pesquisa, apenas um dos licenciandos continuava atuando como docente.

Apenas uma licencianda (10%) afirmou que a escolha pelo curso se deu pela proximidade com sua realidade, levando-se em consideração que a mesma mora na zona rural:

Excerto 3 - “Eu me identifiquei com o curso, pois fui criada na zona rural. Vim para cidade estudar porque na região não tinha escola rural. Achei muito importante para a melhoria no ensino, para as pessoas que moram na roça” (L6).

Observa-se pela resposta de L6 que o curso poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem e trabalham na zona rural; sabendo-se da realidade da educação nas comunidades rurais, esses profissionais buscarão formas de ajudar aqueles que ali residem e estudam, proporcionando uma educação com qualidade. Sendo assim, pode-se perceber o grande desafio que é trabalhar com os futuros profissionais de educação sobre a importância de se pensar em uma Educação do Campo que expresse os interesses e as necessidades das pessoas que estão inseridas nesse contexto social, pois compreender a Educação do Campo, fazendo permitir o surgimento de conteúdos sustentáveis, de acordo com as demandas históricas

das condições de trabalho e dos trabalhadores rurais, do uso e preparo do solo, da agroecologia, da agricultura familiar dentre outras de igual valor e relevância, mostrará a força e a dinâmica da escola do campo (LIMA, 2010).

Deste modo, espera-se que o curso tenha trabalhado elementos que deem base a esse futuro profissional para que o mesmo consiga contribuir de forma positiva com a Educação do/no Campo. Entende-se que a Licenciatura em Educação do Campo pode contribuir significativamente para a superação da disciplinarização dos saberes, ainda hegemônica nos currículos escolares em geral. Para tanto, a proposta curricular do curso busca possibilitar que o licenciando vivencie em seu cotidiano acadêmico a valorização e a produção de conhecimentos e saberes contextualizados no mundo da vida rural, em particular os mundos do trabalho docente e do Campo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS, 2017).

Diante do estudo proposto, percebe-se que a primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFCAT tem ligações com a zona rural. Os licenciandos entenderam as demandas e os desafios da Educação do/no campo, sendo, portanto, capazes de melhor problematizarem sua formação acadêmica. São em sua maioria sujeitos considerados fora da idade ideal, que inclusive passaram pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mas que em grande parte se identificaram com o curso e o escolheram como sua primeira opção. Essa opção, segundo alguns, ainda se deve ao regime de alternância do curso, que permite aos acadêmicos a construção do contato com suas comunidades e afazeres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) tem por objetivo formar educadores para suprir a falta de profissionais habilitados em Ciências da Natureza para trabalharem no ensino dos alunos moradores da zona rural. O presente trabalho teve o intuito de

verificar qual o perfil dos alunos da primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo e sua relação com o campo (meio rural).

Diante do exposto, acredita-se que trabalhos como este, que visam conhecer o perfil dos licenciandos dos cursos de Educação do Campo, são de grande importância para a área, pois buscam destacar os sujeitos que os frequentam e assim contribuir com a construção pedagógica dos cursos.

Pode-se perceber que a maioria dos alunos reside no campo ou em cidades próximas de onde se encontra a Universidade, essas cidades são consideradas rurais e o número de mulheres matriculadas no curso é superior ao número de homens matriculados, sendo pessoas adultas e com idade a partir dos 32 anos, com formação básica realizada em escolas públicas. Muitos licenciandos sujeitos da pesquisa tiveram que abandonar os estudos e só retornaram às salas de aula já adultos, após os filhos estarem criados.

A proposta da formação através da Pedagogia da Alternância, que divide a formação acadêmica em Tempo Escola/Universidade e Tempo Comunidade, contribuiu para as relações entre licenciandos e comunidade, tornando-se também um diferencial para o acesso dos mesmos à Universidade. A divisão entre sala de aula e a experiência do aluno com o contexto em que está inserido, bem como a sua identidade com o campo podem auxiliar os licenciandos na interação com seu futuro campo de atuação: as escolas do campo.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos alunos da primeiraturma do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFG/RC e ao Programa Bolsas de Licenciatura da UFG (Prolicen/UFG).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, E. R., **Os jovens da EJA e a EJA dos jovens**. In: OLIVEIRA, Barbosa de; PAIVA, Jane (Org.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- ANTONIO, C. A., LUCINI, M. **Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação**. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007.
- ARROYO, M. G. **Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo**. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 27, nº 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.
- BÖNMANN, P. A., **Realidades das escolas do campo: Um olhar crítico sobre espaços físicos, Descasos, construção de políticas públicas e Proposta pedagógica**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, 2015.
- BRASIL, Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002.
- BRASIL, **Estatuto da Cidade**, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 2001.
- BRITTO, N. Z., SILVA, T. G. R. **Educação do Campo: formação em ciências da natureza e o estudo da realidade**. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 763-784, jul./set. 2015.
- BRITTO, N. S. **Educação do Campo, área Ciências da Natureza e Ensino de Biologia: questões, reflexões e ações para docência na Educação Superior e Básica**. **Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio)**, v. 8, p. 32-44, 2016.
- BRUNO, R., WESZ JUNIOR, V. J., BORDALO, C. A., AQUINO, S. L., JALIL, L. **Razões da Participação das Mulheres Rurais em Grupos Produtivos**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, L. (orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.
- BUTTO, A., DANTAS, I. (orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- CALDART, R. S. **Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área?** In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (Orgs.) **Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto**. (Coleção caminhos da Educação do Campo; 5). Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CALDART, R. S. **Educação do Campo**. In: **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Expressão Popular, 2012.
- CALDART, R. S. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In.: **Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. V. 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

- CALAZANS, M. J. C. **Para compreender a educação do estado no meio rural** (traços de uma trajetória). In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (Coord.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.
- DAMASCENO, M. N. **A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política**. In: DAMASCENO, Maria Nobre & THERRIEN, Jacques (coord.). **Educação e escola no campo**. Campinas, Papirus, 1993.
- FERREIRA, M. J. L., MOLINA, M. C. **Desafios à formação de Educadores do Campo: tecendo algumas relações entre os pensamentos de Pistrak e Paulo Freire**, In MOLINA, M. C. org. **Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar**. Brasília: MDA, 2014.
- FORMIGOSA, M. M.; ROCHA, C. G. S.; SILVA, M. G. A formação na Licenciatura em Educação do Campo para atuar com a disciplina de Física na Educação Básica. **Revista Insignare Scientia (RIS) - Dossiê Educação do Campo e suas Interfaces com o Ensino de Ciências**. vol. 3, n. 4, 2020.
- FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e balanço da Educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 46, pp.235-254, jan. Abr. 2011.
- FROES, L. V. **Da roça à Universidade: trajetórias de mulheres no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFMG**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- GATTI, B. A., BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil impasses e desafios**. Brasília: Unesco, 2009.
- GHEDINI, C. M., VON ONÇAY, S. T., DEBORTOLI, S. F. B., **Educação do Campo e prática pedagógica desde um viés freireano: possibilidade de construção da consciência e da realidade**. In: **Licenciaturas em Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do Trabalho Docente interdisciplinar/Mônica Castagna Molina, org. – Brasília: MDA, 2014.**
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- GONZÁLEZ, F. E. Reflexões sobre Alguns Conceitos da Pesquisa Qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v.8, n.17, p. 155-183, ago. 2020.
- HEREDIA, B. CINTRÃO, R. P. **Gênero e Acesso às Políticas Públicas no Meio Rural Brasileiro: o progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM, 2006.
- LIMA, V. A.; ROBAINA, J. V. L. Compreensões sobre as Licenciaturas em Educação do Campo em Ciências da Natureza: Um olhar para os últimos dez anos de Produções Científicas. **Revista Insignare Scientia (RIS) - Dossiê Educação do Campo e suas Interfaces com o Ensino de Ciências**. vol. 3, n. 4, 2020.

- LOPES, E. A. M., ZANCUL, M. S., BIZERRIL, M. X. A. **A escolha pela carreira docente**: os casos dos Cursos de Licenciaturas em Ciências Naturais e Educação do Campo. In IX Congresso Internacional sobre Investigación en Didáctica de las Ciencias, p. 1937-1941, 2013.
- MOLINA, M. C., SÁ, L. M. (Org.). **Licenciaturas em Educação do Campo**: registros e reflexões a partir das experiências piloto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- MOLINA, M. C. Contribuições das licenciaturas em educação do campo para as políticas de formação de educadores. **Educação & Sociedade**, v.38, n.140, p. 587-609, jul./set. 2017.
- NEVES, D. P., MOTTA-MAUÉS, M. A. **Mulheres Camponesas e Reprodução de Grupos Domésticos**. In: NEVES, D. P e MEDEIROS, Leonilde (orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.
- NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Revista. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016
- PEREIRA, M. L. S. **As contribuições da Licenciatura em Educação do Campo na transformação das relações de gênero**: um estudo de caso com as educandas do Assentamento Virgilândia de Formosa/GO. Dissertação - Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília/UnB. Brasília: DP, 2014.
- RIBEIRO, M. **Educação Rural**. In Caldart, R.S. et. al **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- SANTOS, R. B., BUENO, M. C. Educação do campo e pedagogia da alternância na formação do professor. **Revista de História da UNIABEU**, v. 3, no 4, p. 125-141, 2013.
- SOUZA, M. A. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS-UFG. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Regional Catalão. Catalão 2017.